

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	35	2.4. As primeiras tentativas fracassadas de criação do dinheiro digital	109
PARTE I BLOCKCHAIN E CRIPTOATIVOS: COMPREENDENDO OS FATOS DA CRIPTOECONOMIA		2.5. A evolução da internet e a necessidade de um novo meio de troca, moeda e pagamento no ambiente digital	111
CAPÍTULO I – A ORIGEM DO DINHEIRO E DAS CRISES ECONÔMICAS: DAS TROCAS ÀS CRIPTOMOEDAS.....	83	2.6. O contexto histórico do nascimento do Bitcoin	113
1.1. Por que entender a história do dinheiro importa para o Direito?	83	2.7. Das raízes ideológicas à criptoeconomia: o surgimento de um novo paradigma jurídico	114
1.2. As grandes crises econômicas dos séculos XX e XXI: do ouro ao papel, do papel à dívida, da dívida à desconfiança global	87	CAPÍTULO III – BITCOIN: A PRIMEIRA REVOLUÇÃO DA TECNOLOGIA BLOCKCHAIN	117
1.3. Principais teorias monetárias liberais: da moeda-mercadoria ao dinheiro digital	91	3.1. Bitcoin: a inovação que deu vida à tecnologia blockchain	117
1.4. A teoria marxista do dinheiro: valor, fetichismo e crise no capitalismo – teoria do dinheiro como forma-valor	94	3.2. A mineração do primeiro bloco de Bitcoin: bloco Gênesis	120
1.5. Bancos, moedas, acordos de Basileia e a aliança entre estados e instituições financeiras	96	3.3. Bitcoin Pizza Day	123
1.6. Novos desdobramentos no cenário monetário e financeiro global	98	3.4. Histórico de valorização do Bitcoin (2009 – 2025)	124
1.7. O dinheiro como construção jurídica e social	100	3.5. Mineração de Bitcoin e dispensa por justa causa	127
CAPÍTULO II – A GÊNESE DO DINHEIRO DIGITAL: DAS ORIGENS CYPHERPUNK AO NASCIMENTO DA TECNOLOGIA BLOCKCHAIN.....	103	CAPÍTULO IV – FUNDAMENTOS TECNOLÓGICOS DA BLOCKCHAIN	131
2.1. O surgimento da tecnologia blockchain	103	4.1. Estrutura e princípios tecnológicos da blockchain	131
2.2. As origens do movimento cypherpunk	105	4.2. O que é blockchain?	136
2.3. Criptografia e o colapso da confiança institucional	108	4.3. Hash: o recibo digital da confiança	138
		4.4. Os blocos da Blockchain	140
		4.5. Criptografia assimétrica: chave pública e chave privada	142
		4.6. Mecanismos de consenso na blockchain: <i>Proof of Work</i> (PoW), <i>Proof of Stake</i> (PoS) e outros tipos de provas	148

4.7. A responsabilidade jurídica dos mineradores e o Princípio do <i>Consensus non olet</i>	154	6.6. Carteiras digitais de criptoativos: <i>hot wallets</i> (carteiras quentes) e <i>cold wallets</i> (carteiras frias)	241
4.8. O trilema da blockchain	158	6.7. Regulamentação de exchanges pelo mundo ..	250
4.9. Os tipos de blockchain	161		
4.10. Casos de uso da tecnologia blockchain em instituições públicas, privadas e no sistema de justiça	165	CAPÍTULO VII – SMART CONTRACTS: CONTRATOS INTELIGENTES	255
4.11. Blockchain, a proteção da propriedade privada e a redução da pobreza	177	7.1. Introdução: o que são <i>smart contracts</i> ?	255
CAPÍTULO V – ETHEREUM E A EVOLUÇÃO DA TECNOLOGIA BLOCKCHAIN	181	7.2. As quatro gerações da tecnologia blockchain e o surgimento dos smart contracts	261
5.1. Introdução à blockchain Ethereum: uma nova camada de possibilidades para o(a) jurista do século XXI	181	7.3. A lógica dos contratos inteligentes: como funcionam os <i>smart contracts</i> ?	267
5.2. O que é a Ethereum? A blockchain programável e descentralizada	186	7.4. Tipos de <i>smart contracts</i>	269
5.3. O token Ether (ETH): o combustível do ecossistema Ethereum	187	7.5. O Projeto de Lei nº 4/2025 (Novo Código Civil) e o conceito jurídico de <i>smart contracts</i>	271
5.4. Padrões ERC: o DNA dos tokens no ecossistema Ethereum	192	7.6. A natureza jurídica dos <i>smart contracts</i>	273
5.5. Etherscan: o explorador de blocos e transações na blockchain Ethereum	200	7.7. “Code is law” (“O código é lei”) e os desafios jurídicos dos <i>smart contracts</i>	277
5.6. Dever de informação e responsabilidade civil das exchanges em transferências malsucedidas na blockchain Ethereum	203	7.8. Exemplos práticos de usos jurídicos dos <i>Smart Contracts</i>	280
5.7. O Caso The DAO: o nascimento da Ethereum Classic e o marco regulatório da SEC (<i>Securities and Exchange Commission</i>)	208	7.9. Oráculos na tecnologia <i>blockchain</i> : conceito, exemplos e implicações jurídicas	283
5.8. Para além do Ether: a expansão da tecnologia blockchain na Ethereum – novas aplicações e implicações jurídicas	210	7.10. Direito comparado e regulamentação dos <i>smart contracts</i>	284
CAPÍTULO VI – DEFI: DECENTRALIZED FINANCE (FINANÇAS DESCENTRALIZADAS) ...	213	CAPÍTULO VIII – DAOS: ORGANIZAÇÕES AUTÔNOMAS DESCENTRALIZADAS (DECENTRALIZED AUTONOMOUS ORGANIZATIONS)	289
6.1. Introdução à DeFi: uma nova arquitetura financeira	213	8.1. Conceito de DAOs	289
6.2. O que é a DeFi na prática? O banco sem o banco	215	8.2. A natureza jurídica da DAO	294
6.3. Exchanges Centralizadas (CEX) e Descentralizadas (DEX): o funcionamento das corretoras de criptoativos	221	8.3. Jurisprudência estrangeira sobre DAOs: responsabilidade, regulação e a formação do contorno jurídico das DAOs	297
6.4. Como a lei brasileira (Lei Federal nº 14.478/2022) se aplica e regula as exchanges centralizadas (CEX) e descentralizadas (DEX)?	229	8.4. Validade e eficácia jurídica dos contratos inteligentes e das Organizações Autônomas Descentralizadas: <i>Decentralized Autonomous Organizations</i> (DAOs)	302
6.5. A responsabilidade civil das exchanges centralizadas (CEX)	239	8.5. SindiDAOs: solução para os problemas do sindicalismo tradicional no Brasil?	303
		CAPÍTULO IX – ATIVOS VIRTUAIS E CRIPTOATIVOS: GÊNERO, ESPÉCIE E SUBCLASSES	311
		9.1. Introdução aos criptoativos	311
		9.2. Ativos virtuais x criptoativos	311
		9.3. A natureza jurídica dos criptoativos: bens, valores mobiliários ou ativos financeiros?	317

9.4. Criptomoedas: função e enquadramento jurídico	323	e efetividade processual na recuperação de criptoativos	382
9.5. Tokens: classificação jurídica, tipos e funções na criptoeconomia	326	11.6. Oferta pública de recompra de NFTs no ambiente GameFi e a responsabilidade solidária de investidores institucionais	384
9.6. <i>Utility tokens</i> : análise jurídica	331	CAPÍTULO XII – METAVERSO E DIREITO: EXPANSÃO DA BLOCKCHAIN E DA CRIPTOECONOMIA PARA AMBIENTES IMERSIVOS.....	389
9.7. <i>Security tokens</i> : análise jurídica da representação de valores mobiliários via blockchain	333	12.1. Introdução ao metaverso	389
9.8. Fan tokens: análise jurídica dos criptoativos de times de futebol	335	12.2. Conceito e origem do metaverso	391
CAPÍTULO X – STABLECOINS (CRIPTO-MOEDAS ESTÁVEIS) E CBDCs – CENTRAL BANK DIGITAL CURRENCIES (MOEDAS VIRTUAIS DE BANCOS CENTRAIS)	339	12.3. Aplicabilidade jurídica e econômica do metaverso	397
10.1. <i>Stablecoins</i> e CBDCs: definições e aproximação temática	339	12.4. Marco regulatório do metaverso no Brasil: o Projeto de Lei nº 2.175/2023	398
10.2. A natureza jurídica das <i>stablecoins</i> e das moedas digitais de bancos centrais (CBDCs)	340	12.5. O Metaverso e o Projeto de Lei nº 4/2025 do Senado Federal: novos paradigmas do Direito Civil Digital	399
10.3. CBDCs – <i>Central Bank Digital Currencies</i> : Moedas Digitais de Bancos Centrais	344	12.6. Tecnologia blockchain, economia do metaverso e metatrabalho	401
10.4. <i>Stablecoins</i> : espécies e funções	349	12.7. O direito de greve no metaverso	404
10.5. <i>Stablecoins</i> no Brasil: o Projeto de Lei nº 4.308/2024	356	12.8. Direito autoral e metaverso	406
10.6. <i>Stablecoins</i> nos EUA: o <i>Genius Act</i> de 2025	357	12.9. Uso do metaverso na formação jurídica: experiência internacional no <i>Second Life</i>	407
10.7. <i>Stablecoin</i> na União Europeia: a regulamentação pelo MiCA (<i>Markets in Crypto Assets Regulation</i>)	359	12.10. O Judiciário no metaverso	408
10.8. <i>Stablecoins</i> em Hong Kong e na Ucrânia	360	12.11. Desafios jurídicos e regulatórios do metaverso	412
10.9. <i>Stablecoins</i> : o caso Terra/Luna	361	PARTE II	
10.10. <i>Stablecoins</i> e lavagem de dinheiro	364	TEORIA GERAL DO DIREITO DA BLOCKCHAIN: A NATUREZA JURÍDICA, OS PRINCÍPIOS, AS FONTES, AS LEIS, OS PROJETOS DE LEI DA CRIPTOECONOMIA E A RELAÇÃO DO DIREITO DA BLOCKCHAIN COM OS DEMAIS RAMOS DO DIREITO	
10.11. <i>Stablecoins</i> e responsabilidade civil por falha sistêmica na criptocorretora	365	CAPÍTULO XIII – O DIREITO COMO SISTEMA E A EMERGÊNCIA DE NOVOS RAMOS JURÍDICOS.....	419
10.12. <i>Stablecoins</i> : o criptoinvestidor amador e a ausência de responsabilidade civil da PSAV – prestadora de serviço de ativos virtuais	366	13.1. <i>Homo digitalis</i> : o sujeito de direitos da blockchain e da criptoeconomia	419
CAPÍTULO XI – NFTS – NON-FUNGIBLE TOKENS: TOKENS NÃO FUNGÍVEIS	371	13.2. A quinta dimensão dos direitos fundamentais e os direitos da era digital	422
11.1. Conceito de NFTs	371	13.3. Conhecer a realidade (a tecnologia blockchain) para interpretar o direito (que se aplica aos litígios envolvendo a criptoeconomia): o pensamento aristotélico	428
11.2. Mint, Airdrop e o ecossistema de comercialização de NFTs	373		
11.3. A natureza jurídica dos NFTs	375		
11.4. <i>Bragging rights</i> : o direito de se gabar com NFTs	380		
11.5. Citação judicial por NFT em protesto interruptivo de prescrição: inovação tecnológica			

13.4. <i>Human Rights by Design</i> (HRbD): direitos humanos desde a concepção e o papel da tecnologia como vetor de transformação do Direito	429	14.5. Blockchain como plataforma de execução jurídica automatizada por meio de smart contracts	486
13.5. Pluralismo jurídico, multinormatividade e o <i>jusblockchain</i> : o Direito da Blockchain e os novos sistemas normativos pluralistas descentralizados	433	14.6. Blockchain como sistema normativo autônomo e autorregulado: ordem normativa imaginada	486
13.6. A blockchain como uma “ <i>ordem normativa imaginada</i> ” baseada no princípio da confiança descentralizada	440	14.7. Natureza jurídica da blockchain em evolução normativa	487
13.7. Constitucionalismo digital, blockchain e criptoativos: novas fronteiras para a proteção constitucional	451	14.8. Blockchain e Teoria Geral do Direito: normatividade, validade e segurança jurídica	487
13.8. Por uma Teoria Geral do Direito da Blockchain	455	CAPÍTULO XV – FONTES DO DIREITO DA BLOCKCHAIN	491
13.9. O surgimento de novas realidades e a adaptação da dogmática jurídica	458	15.1. Conceito de fontes do Direito	491
13.10. O reconhecimento de novos ramos do Direito: requisitos teóricos e práticos	459	15.2. A lei	491
13.11. A consolidação do Direito da Blockchain como ramo jurídico autônomo	460	15.3. Os costumes	493
13.12. A <i>lex cryptographica</i> : uma nova ordem normativa imaginada e digital baseada no código	462	15.4. A jurisprudência	495
13.13. A <i>lex cryptographica</i> em confronto com o Direito clássico: crítica e diálogo com Bobbio, Kelsen e Habermas	469	15.5. A doutrina	496
13.14. A <i>lex cryptographica</i> e os desafios para o Direito brasileiro: entre a inovação regulatória e a reafirmação do Estado Democrático de Direito	472	15.6. Os princípios gerais do Direito	500
13.15. Teoria Geral do Direito da Blockchain: entre o código e a Constituição	475	15.7. Os princípios jurídicos estruturantes do <i>jusblockchain</i>	501
CAPÍTULO XIV – A NATUREZA JURÍDICA DA BLOCKCHAIN: ENTRE A INFRAESTRUTURA TECNOLÓGICA E O ORDENAMENTO JURÍDICO FUNCIONAL DESCENTRALIZADO	479	15.8. A blockchain como nova fonte do Direito ...	506
14.1. O Direito entre Jusnaturalismo e Positivismo: um novo paradigma normativo?	479	CAPÍTULO XVI – A RELAÇÃO ENTRE O DIREITO DA BLOCKCHAIN COM OS DEMAIS RAMOS DO DIREITO	509
14.2. A natureza jurídica da Blockchain	482	16.1 Direito Constitucional	509
14.3. Infraestrutura jurídica <i>sui generis</i> da blockchain	483	16.2. Direito Civil	512
14.4. Blockchain como registro distribuído com valor jurídico de autenticidade, anterioridade e tempestividade	483	16.3. Direito Penal	516
		16.4. Direito do Trabalho	526
		16.5. Direito Eleitoral	533
		16.6. Direito Empresarial	537
		16.7. Direito do Consumidor	539
		16.8. Direito Tributário	541
		16.9. Direito Internacional	545
		16.10. Direito Processual Civil	549
		16.11. Direito Processual Penal	550
		16.12. Direito Processual do Trabalho	554
		CAPÍTULO XVII – PROJETOS DE LEI SOBRE O DIREITO DA BLOCKCHAIN	557
		17.1. A visão do legislador na era da criptoeconomia: a interpretação autêntica	557
		17.2. Projetos de lei municipais	558
		17.3. Projetos de lei estaduais	560
		17.4. Projetos de lei federais	565

PARTE III

**DIREITO DA BLOCKCHAIN: APLICANDO AS
NORMAS JURÍDICAS À CRIPTOECONOMIA
– REGULAÇÃO E AUTORREGULAÇÃO**
**CAPÍTULO XVIII – O PAPEL DO BANCO
CENTRAL DO BRASIL NA REGULAÇÃO DA
BLOCKCHAIN E DA CRIPTOECONOMIA 599**

18.1. Introdução: o Sistema Financeiro Nacional (SFH) e a criptoeconomia	599
18.2. Atos normativos do Banco Central do Brasil sobre a criptoeconomia: resoluções, comunicados, consulta pública	602
18.3. Competências do Banco Central na regulação dos criptoativos	613
18.4. Sociedades Prestadoras de Serviços de Ativos Virtuais (VASPs ou PSAVs ou SPSAVs): requisitos regulatórios	614
18.4. O Drex: a moeda digital brasileira	618
18.5. Autorregulação e regulação da criptoeconomia pelo Banco Central do Brasil: diretrizes, perímetro regulatório e perspectivas	619

**CAPÍTULO XIX – O PAPEL DA COMISSÃO
DE VALORES MOBILIÁRIOS NA REGULAÇÃO
DA BLOCKCHAIN E DA CRIPTOECONOMIA 623**

19.1. A atuação da CVM na criptoeconomia: tecnologicamente agnóstica e orientada pela finalidade	623
19.2. A visão da CVM sobre os criptoativos: entre a inovação tecnológica e a proteção ao investidor	626
19.3. O papel da CVM na supervisão do mercado de criptoativos	627
19.4. Competências da CVM e a regulação dos criptoativos	627
19.5. Teste de <i>Howey</i> : a definição de valor mobiliário e os impactos de sua aplicação pela CVM aos criptoativos	628
19.6. Mecanismos de supervisão utilizados pela CVM	631
19.7. Instrumentos regulatórios utilizados pela CVM	632
19.8. Regulação dos Contratos Coletivos de Investimento (CCIs) e aplicação aos criptoativos pela CVM	634
19.9. Medidas regulatórias e sanções aplicadas pela CVM	638

19.10. <i>Sandbox</i> Regulatório: ambiente regulatório experimental com criptoativos	638
19.11. Processos Administrativos Sancionadores (PAS) julgados pela CVM envolvendo criptoativos	640
19.12. Perspectivas para a regulação da criptoeconomia pela CVM	654

**CAPÍTULO XX – O PAPEL DA RECEITA
FEDERAL DO BRASIL NA REGULAÇÃO DA
BLOCKCHAIN E DA CRIPTOECONOMIA 655**

20.1. A Receita Federal do Brasil como órgão de fiscalização tributária da criptoeconomia	655
20.2. O conceito de criptoativo e exchange segundo a Receita Federal	660
20.3. As obrigações tributárias acessórias das exchanges (criptocorretoras) e dos contribuintes (criptoinvestidores)	662
20.4. A segurança da informação e o uso da tecnologia blockchain pela Receita Federal	664
20.5. A atuação da Receita Federal em operações de fiscalização conjunta na repressão a crimes fiscais e financeiros relacionados a criptoativos	665
20.6. A regulamentação técnica em evolução: da Instrução Normativa – IN RFB nº 1.888/2019 à nova minuta DeCripto até as Instruções Normativas – IN RFB nº 2.291/2025 e 2.298/2025.	668
20.7. Soluções de Consulta (COSIT): interpretação da legislação tributária sobre criptoativos	669
20.8. Tributação de criptoativos no Brasil: pessoas físicas e jurídicas	670
20.9. A Evolução da Declaração de Imposto de Renda sobre criptoativos no Brasil (2021–2025)	675
20.10. O Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (CARF): o contencioso administrativo federal em matéria tributária e aduaneira na criptoeconomia	676

**CAPÍTULO XXI – REGULAÇÃO E ATUAÇÃO
DO CONSELHO DE CONTROLE DE ATIVIDADES
FINANCEIRAS NA CRIPTOECONOMIA 683**

21.1. O COAF como Unidade de Inteligência Financeira (UIF)	683
21.2. Pessoas obrigadas e supervisão da criptoeconomia pelo COAF	683

21.3. Monitoramento das Prestadoras de Serviço de Ativos Virtuais (PSAVs) e exchanges de criptoativos	684	tokenização de créditos de carbono no mercado voluntário amazônico	719
21.4. Relatórios de Inteligência (RIFs) e Tipologias Cripto	684	CAPÍTULO XXIV – O PAPEL DA U.S. SECURITIES AND EXCHANGE COMMISSION (SEC) NA REGULAÇÃO DA BLOCKCHAIN E DA CRIPTOECONOMIA.....	725
21.5. Cooperação internacional e o papel do Brasil no GAFI	685	24.1. O poder regulatório da SEC sobre os criptoativos	725
CAPÍTULO XXII – REGULAÇÃO E ATUAÇÃO DA AUTORIDADE NACIONAL DE PROTEÇÃO DE DADOS (ANPD) NA CRIPTOECONOMIA	687	24.2. A nova arquitetura regulatória dos ativos virtuais nos Estados Unidos: <i>Genius Act</i> , <i>Clarity Act</i> e <i>Anti-CBDC Act</i>	727
22.1. A Autoridade Nacional de Proteção de Dados: natureza jurídica e competências	687	24.3. O <i>Howey Test</i> e a definição de “valor mobiliário” nos Estados Unidos	730
22.2. A Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD) e sua aplicação à criptoeconomia	688	24.4. Investor Alert (SEC): alertas de fraudes e esquemas Ponzi com criptoativos	731
22.3. Educação, pesquisa e inovação em proteção de dados: o papel da ANPD	689	24.5. Investor Bulletin (SEC): alertas sobre ICOs, contas de criptoativos com e fundos com exposição a contratos futuros de Bitcoin	735
22.4. Violação do consentimento livre na coleta de dados biométricos com contrapartida em criptomoeda: o caso <i>Worldcoin</i> e a atuação preventiva da ANPD	690	24.6. SEC Statement: ICOs endossadas por celebridades	737
CAPÍTULO XXIII – ATUAÇÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO BRASILEIRO NA CRIPTOECONOMIA	695	24.7. Administrative Proceedings (SEC): processos administrativos sancionadores	739
23.1. Os desafios trazidos pela tecnologia blockchain e pelos criptoativos à atuação do Ministério Público brasileiro	695	24.8. Processos Judiciais ajuizados pela SEC	742
23.2. Blockchain Forensics e a Atuação do Ministério Público Brasileiro	697	PARTE IV	
23.3. Persecução penal de crimes relacionados a criptoativos: atribuições do Ministério Público Federal e dos Ministérios Públicos Estaduais ...	701	JURISPRUDÊNCIA DO DIREITO DA BLOCKCHAIN: JULGANDO OS CASOS CONCRETOS DA CRIPTOECONOMIA	
23.4. Os Ministérios Públicos, os GAECOs e a tutela coletiva de criptoinvestidores por meio da ação civil pública	703	CAPÍTULO XXV – DIREITO CONSTITUCIONAL.....	759
23.5. Acordo de Cooperação Técnica CNMP/ABcripto nº 17/2024: integração entre o Ministério Público e a criptoeconomia	707	25.1. Reclamação constitucional para o desbloqueio de criptoativos em exchange	759
23.6. A Resolução CNMP nº 288/2024 e a estruturação da atuação dos Ministérios Públicos na criptoeconomia	707	25.2. Reclamação constitucional, acesso à prova digital e custódia de criptoativos	760
23.7. Rastreio, penhora, bloqueio e apreensão de criptoativos	709	25.3. Reclamação constitucional “preventiva” rejeitada, mas convertida em Habeas Corpus de ofício: cerceamento de defesa em investigação sobre lavagem e remessas para compra de criptomoedas	761
23.8. Atuação do MP e dos órgãos de controle diante de fraudes, lavagem e <i>greenwashing</i> na		25.4. Outros julgados do Supremo Tribunal Federal sobre criptoativos, blockchain e persecução penal	762
		CAPÍTULO XXVI – DIREITO CIVIL	769
		26.1. Alienação de imóvel em contrato de permuta com NFTs e a presunção de fraude contra credores	769

26.2. Responsabilidade civil do provedor de e-mail por falha na segurança de sua plataforma e nexos causal entre a falha e a perda dos criptoativos	769	28.6. Blockchain, pessoa jurídica e a (inexistência de) relação de emprego: a autonomia disfarçada de CEO na criptoeconomia	796
26.3. Anulação de negócio jurídico por objeto ilícito e ilegal: pirâmide financeira com promessas de retornos altos com criptoativos	772	28.7. Criptoativos, contrato ilícito e relação de trabalho em empresas acusadas de pirâmides financeiras com criptoativos	797
26.4. Inadimplemento contratual de ordem de saque em corretora de criptoativos	776	28.8. Inexistência de vínculo empregatício em atividades diretamente ligadas a pirâmide financeira com uso de Bitcoin	804
26.5. Indenização por perda de uma chance: expectativa de valorização de criptoativos não restituídos pela corretora	777	28.9. Inexistência de grupo econômico e de responsabilidade solidária entre empresa captadora de clientes e corretora de criptoativos	806
26.6. Desconsideração da personalidade jurídica dos sócios de falsas empresas de investimentos e de corretoras de criptoativos	778	28.10. Fraude na contratação por cooperativa e o reconhecimento do vínculo empregatício no setor de criptoativos	807
26.7. Responsabilidade solidária de empresa fiadora na gestão de investimentos em criptomonedas	782	28.11. Equiparação salarial em contratos de trabalho com empresa de ativos virtuais	808
26.8. Herança digital e a transmissão de ativos virtuais no direito sucessório	783	28.12. Justa causa por mineração de criptoativos na rede da empregadora: violação da confiança e uso indevido de recursos computacionais	809
CAPÍTULO XXVII – DIREITO PENAL	785	CAPÍTULO XXIX – DIREITO DO CONSUMIDOR.....	811
27.1. Estelionato digital com criptomonedas: abertura fraudulenta de conta em exchange e pulverização da <i>res furtiva</i> via Blockchain	785	29.1. O Caso Mercado Bitcoin versus Itaú: STJ – REsp 1.696.214	811
27.2. Bitcoin como produto de cibercrime sexual	786	29.2. Prazo decadencial para reclamar o direito à indenização por falha na prestação no serviço de corretagem contra corretora de criptoativos	814
27.3. Uso de Bitcoin no tráfico internacional de drogas	787	29.3. O criptoinvestidor ocasional e a Teoria Finalista Mitigada	815
27.4. Uso de Bitcoin na Evasão de Divisas e Lavagem de Dinheiro	787	29.4. Responsabilidade civil da corretora de criptoativos pelo sumiço de satoxis (fração de Bitcoin)	819
CAPÍTULO XXVIII – DIREITO DO TRABALHO	791	29.5. Fraudes em contas em exchange de criptoativos	820
28.1. Reconhecimento da natureza salarial de pagamentos em criptoativos e anotação integral da remuneração na CTPS	791	29.6. Rescisão contratual e direito à indenização por danos materiais, danos morais, danos existenciais, lucros cessantes e perda de uma chance a criptoinvestidores	826
28.2. Negativa de enquadramento como bancária em empresa de criptoativos	791	29.7. Alteração unilateral de contrato com corretora de criptoativos sem aviso prévio	837
28.3. Reconhecimento de horas extras, adicional de periculosidade e limites da equiparação entre criptocorretoras e instituições financeiras	793	29.8. Responsabilidade solidária de corretora e fintechs na cadeia de consumo	838
28.4. Vínculo de emprego em criptoempresas: a atuação de modelos de mídia digital sob a ótica da CLT	794	29.9. <i>Dormientibus non succurrit ius</i> ? Culpa exclusiva do consumidor nas fraudes com criptoativos	842
28.5. Limites da subordinação na criptoeconomia: atuação como investidor no mercado de criptoativos e a inexistência de vínculo de emprego	795	29.10. Responsabilidade consumerista da corretora de criptoativos em caso de golpe virtual (<i>phishing</i>)	849

29.11. Responsabilidade objetiva de instituição financeira por fraude com Bitcoin e bloqueio indevido de conta bancária	853	32.4. Validade jurídica da prova com certificação Blockchain na Justiça Eleitoral: entendimento dos Tribunais Regionais Eleitorais	878
29.12. Responsabilidade civil de rede social e instituições financeiras por fraude em investimento em criptoativos a partir de perfis falsos	854	32.5. Fraude à cota de gênero e desconstituição de mandato eletivo: a relevância de indícios digitais e o papel da Blockchain nas Eleições Municipais de 2020	889
29.13. Ausência de vínculo contratual e de responsabilidade civil da exchange utilizada por terceiros em fraude com criptoativos	856	32.6. Uso indevido de provas parciais e certificação em Blockchain em representação por propaganda eleitoral: litigância de má-fé e os limites da boa-fé processual	893
29.14. Princípio da vulnerabilidade do cripto-investidor: pirâmides financeiras, outros golpes com criptoativos e prática abusiva pela promessa de lucro rápido e fácil com baixos investimentos	857	CAPÍTULO XXXIII – DIREITO PROCESSUAL CIVIL	895
29.15. Responsabilidade solidária da fiadora em contratos de investimento com criptoativos	860	33.1. Penhora de criptoativos e expedição de ofício às exchanges: posicionamento do STJ no REsp 2.127.038/SP	895
29.16. Culpa exclusiva do criptoinvestidor ou de terceiro	861	33.2. Nomeação de criptomonedas como bens à penhora em execução fiscal	900
29.17. Cláusula de foro e contrato de investimento em criptoativos	865	33.3. Ilegitimidade passiva de corretoras de criptomonedas em contratos de investimento: ausência de nexo causal e limites da responsabilidade civil	903
CAPÍTULO XXX – DIREITO EMPRESARIAL....	867	33.4. Incompetência dos Juizados Especiais Cíveis para processar e julgar casos envolvendo fraude com criptoativos, em razão da complexidade da causa	907
30.1. Criptoativos, recuperação judicial e falência: o caso do Grupo Bitcoin Banco (GBB)	867	33.5. Competência do Juizado Especial Cível para julgar litígios envolvendo fraudes com criptomonedas	908
30.2. Inaplicabilidade da suspensão processual em ação de conhecimento envolvendo investimento em Bitcoin durante recuperação judicial – aplicação dos artigos 6º e 49 da Lei 11.101/2005	868	33.6. Incidente de Resolução de Demandas Repetitivas (IRDR) envolvendo investimentos com criptoativos: competência das varas cíveis e aplicação do CDC em demandas contra o Grupo G44 Brasil por investidores ocasionais julgadas pelo Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios	909
30.3. A conversão de criptoativos em créditos pecuniários no contexto da falência: natureza extraconcursal e limites de restituição	869	33.7. Tutela de urgência, bloqueio de valores investidos em criptoativos e garantia da efetividade processual na proteção de ativos virtuais	911
CAPÍTULO XXXI – DIREITO TRIBUTÁRIO	871	33.8. Tutela de urgência para depósito de valores em reais referentes negativa de ordem de saque de saldo representativo de criptoativos (bitcoins) pela corretora	917
31.1. Descaracterização de bagagem de viajante e apreensão de hardwares de mineração de Bitcoin: regime aduaneiro e tributação na importação	871	33.9. Tutela Cautelar e criptoativos: bloqueio e transferência de criptomonedas para conta judicial em casos de suposta fraude bancária	919
CAPÍTULO XXXII – DIREITO ELEITORAL	873	33.10. Arresto de valores em caso de fraudes e golpes com criptoativos	920
32.1. Uso de blockchain em convenções partidárias virtuais: limites da competência consultiva da Justiça Eleitoral	873		
32.2. Divulgação de pesquisa eleitoral sem registro e prova digital por Blockchain: validade da autenticação eletrônica para fins de responsabilização por infração ao art. 33, § 3º, da Lei nº 9.504/1997	874		
32.3. Prestação de contas eleitorais e prova digital com certificação Blockchain: entendimento do Tribunal Superior Eleitoral	875		

33.11. Penhorabilidade de valores oriundos de venda de criptomoedas: limites da proteção ao mínimo existencial	930	integrantes de pirâmides financeiras com criptoativos	964
33.12. Cumprimento de sentença e obrigação de fazer: entrega em criptoativos	932	34.3. Crimes com criptoativos, o uso da tecnologia Blockchain para ocultar recursos ilícitos e a complexidade da persecução penal	966
33.13. Conflito de competência entre juízos criminal e falimentar: constrição de bens de pessoa jurídica e dos respectivos sócios no âmbito criminal e falência da empresa de criptoativos decretada no juízo cível	943	34.4. Busca e apreensão por suspeita de crime de furto de criptoativos	967
33.14. Conflito de competência entre juízos de Vara Empresarial e Vara Cível para julgar revisão de contrato de investimento em criptoativos	944	34.5. Cibercrimes e cooperação jurídica internacional entre o Brasil e outros países em casos de furtos virtuais de criptoativos	968
33.15. Jurisdição nacional e competência em contratos com eleição de foro estrangeiro: o caso Atlas Quantum e os investidores de criptoativos	946	34.6. Cibercrimes, bitcoin e manutenção da prisão preventiva para garantia da ordem pública	970
33.16. Competência recursal no Tribunal de Justiça de São Paulo (TJSP) para julgamento de demandas envolvendo criptoativos e contratos de intermediação: aplicação do Provimento nº 623/2013	947	CAPÍTULO XXXV – DIREITO PROCESSUAL DO TRABALHO	975
33.17. Competência recursal no âmbito do Tribunal de Justiça do Paraná (TJPR) para julgamento de recursos sobre contratos de intermediação de criptoativos	949	35.1. Blockchain e provas digitais no processo do trabalho: cadeia de custódia, critérios de autenticidade e validade probatória	975
33.18. Inexigibilidade de termo de investimento em criptomoedas como título executivo extrajudicial	951	35.2. Validação probatória de controle de ponto eletrônico à luz da Portaria MTP nº 671/2021: Código Hash, ICP-Brasil e Blockchain como garantias de integridade no processo do trabalho	980
33.19. Habilitação de crédito oriundo de contrato de investimento em criptoativos com empresa de criptomoedas: validade de distrato extrajudicial e nulidade de sentença extra petita	952	35.3. Justiça do Trabalho vs. juízo falimentar: responsabilidade do sócio em caso de pirâmide com criptoativos e prosseguimento da execução trabalhista	982
33.20. Gratuidade de justiça para criptoinvestidores	953	35.4. Busca patrimonial para localização de criptoativos em nome de devedores e expedição de ofícios à Receita Federal e a site oficial do Bitcoin	983
33.21. Prova documental e força probante de contrato de investimento em Bitcoin com firma reconhecida em cartório	956	35.5. Inclusão de criptocorretoras no polo passivo de execução trabalhista por grupo econômico	1002
33.22. Cláusula compromissória arbitral e relação de consumo em contratos com plataformas de criptoativos	957	35.6. Penhora de Criptoativos na Justiça do Trabalho	1004
CAPÍTULO XXXIV – DIREITO PROCESSUAL PENAL	959	35.7. Penhora de criptoativos na execução trabalhista: procedimentos e determinações judiciais	1011
34.1. Conflito de competência entre vara federal e vara criminal da Justiça Estadual para julgar crimes envolvendo pirâmides financeiras, esquemas Ponzi e criptoativos	959	35.8. Fraude à execução trabalhista e ocultação patrimonial mediante alienação de imóvel com pagamento parcial em Bitcoin	1013
34.2. Bis in idem entre os crimes contra a economia popular e estelionato praticados por		35.9. Fraude à execução trabalhista e simulação de compra de veículo de luxo por trader menor de idade: presunção de má-fé na aquisição patrimonial com recursos supostamente oriundos de operações com Bitcoin e de origem não comprovada	1014
		35.10. Recurso de revista e a exigência de indícios mínimos para pesquisa patrimonial de criptoativos: razoabilidade e duração razoável do processo na execução trabalhista	1015

35.11. Intermediação fraudulenta de criptoativos e a responsabilidade patrimonial na execução trabalhista	1016
---	------

CAPÍTULO XXXVI – JURISPRUDÊNCIA ESTRANGEIRA SOBRE O DIREITO DA BLOCKCHAIN 1019

36.1. <i>Caso United States v. Juan Carlos Reynoso</i> : justiça ordena que investidor entregue seus bitcoins para o governo e impõe multa diária de R\$ 58.000 até cumprir a decisão	1019
36.2. Criptoativos e Trusts: O caso Zi Wang v. Graham Darby	1021
36.3. A ocultação de Bitcoins e o crime de obstrução da Justiça nos EUA: o caso Firoz Patel	1023

36.4. Ocultação de criptoativos e obrigações tributárias: o caso Frank Richard Ahlgren III (EUA)	1024
--	------

36.5. Lavagem de dinheiro e rastreamento de criptoativos: Caso Matthew Gillum (EUA)	1026
---	------

36.6. <i>United States v. Ver</i> : evasão fiscal internacional envolvendo criptoativos	1027
---	------

36.7. Lançamento fraudulento do token \$LIBRA e manipulação de liquidez: ação coletiva contra Kelsier Ventures, Meteora e KIP Protocol	1028
--	------

CONSIDERAÇÕES FINAIS 1031

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS 1033

SOBRE O AUTOR..... 1107

OUTRA OBRAS DO AUTOR..... 1109